

Pensamento Social Brasileiro e Nova República

Brazilian Social Thought and the New Republic

Carlos Sávio G. Teixeira¹

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003.0391-2067>

Resumo

O artigo analisa a relação entre as principais correntes do pensamento social brasileiro e o ideário político que orientou o país desde meados dos anos 1970. A argumentação segue três passos encadeados. No primeiro, apresenta e discute os três paradigmas de interpretação do Brasil, seus desdobramentos teóricos e suas implicações políticas. Em seguida debruça-se sobre o liberalismo culturalista de Sergio Buarque de Holanda e o estruturalismo sociológico de Florestan Fernandes, tomados como exemplares do tipo de reflexão que influenciou o programa da Nova República. E, por último, a constatação de que o enfrentamento estrutural dos graves problemas nacionais requer o retorno do construtivismo institucional à condição de protagonista intelectual do país.

Palavras chave: Pensamento social brasileiro, Construtivismo institucional, Liberalismo Culturalista, Estruturalismo sociológico, Nova República.

Abstract

The article analyzes the relationship between the main currents of Brazilian social thought and the political ideals that have guided the country since the mid-1970s. The argument follows in three steps. First, it presents and discusses the three paradigms of interpretation in Brazil, their theoretical developments, and their political implications. It then turns to the culturalist liberalism of Sergio Buarque de Holanda and the sociological structuralism of Florestan Fernandes, taken as examples of the type of reflection that influenced the New Republic's program. Finally, it proposes that the structural confrontation of serious national problems requires the return of institutional constructivism to the condition of leading school of thought in the country.

Keywords: Brazilian Social Thought, Institutional Constructivism, Culturalist Liberalism, Sociological Structuralism, New Republic.

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Orcid: 0000-0001-8877-5537.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta três teses. A primeira é a de que o pensamento social brasileiro tem três paradigmas de interpretação do país: O Construtivismo Institucional, o Liberalismo Culturalista e o Estruturalismo Sociológico - este sob a forte influência do marxismo. A segunda é a de que esse pensamento influencia decisivamente a vida política nacional. A terceira é a de que o deslocamento do construtivismo institucional como fonte principal da ligação entre a leitura da experiência e a orientação da ação política, a partir da década de 1970, cortou o vínculo do país com a lógica transformadora.

Com relação à primeira tese é importante destacar que os paradigmas se constituem a partir de uma sequência de movimentos que contemplam três passos. Uma leitura acerca da formação histórica do Brasil, uma análise do grau de seu impacto na constituição da imagem daquilo que é definidor de nossa sociedade, e um programa de ação com vistas ao enfrentamento dos desafios e eventual aproveitamento de potencialidades. Com relação à segunda tese, o mais importante a destacar é o reconhecimento de que o universo ideológico nacional funciona como fonte de mediação entre as aspirações da sociedade e as realizações da política. Isso não quer dizer, entretanto, que os programas políticos levados a cabo no país sejam obra exclusiva e direta da tradução do pensamento social e político. Significa que a política brasileira não é aleatória e que ela sofre influência das ideias.

A terceira tese argumenta que a predominância do construtivismo institucional como veículo de análise a alimentar o processo de formulação política, ajudou a instituir uma dinâmica de transformação estrutural que não encontrou sucessão quando essa corrente de pensamento foi suplantada pela ascensão daquilo que se pode definir como uma espécie de aliança tácita entre o liberalismo culturalista (centrado na crítica ao personalismo e sua contrapartida institucional, o Estado patrimonial e autoritário) e o estruturalismo sociológico (centrado na crítica à natureza da sociedade capitalista e a denúncia de seu problema como a desigualdade), tomados pela condição de mediadores intelectuais entre a sociedade e a política no Brasil. No intervalo das décadas de 1930 a 1960, o país tornou-se um laboratório de experimentos institucionais cujo desiderato consistiu na transição acelerada de uma estrutura basicamente rural, para outra, urbana e muito dinâmica economicamente. O regime corporativista legado pelo trabalhismo

histórico brasileiro sofreu a influência decisiva do modo de pensar de nosso construtivismo institucional.

O objetivo deste artigo é analisar como dois de nossos paradigmas de interpretação do Brasil, o liberalismo culturalista e o estruturalismo sociológico, articulam e expressam os seus respectivos temários explicativo e propositivo. Para atingir o seu intento, o texto se organiza em quatro partes, além desta introdução. Na primeira, examina os três grandes paradigmas de interpretações do Brasil. Na segunda, passa em revista um sumário do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, tomado como arquétipo mais exemplar do liberalismo culturalista. Em seguida, na terceira seção, se debruça sobre o pensamento de Florestan Fernandes, o mais representativo autor do estruturalismo sociológico. E, por último, nas considerações finais, discute algumas implicações práticas e políticas das perspectivas analisadas, lembrando que Holanda e Fernandes tomaram literalmente partido na vida brasileira, o primeiro como fundador do Partido dos Trabalhadores e grande “ideólogo” da orientação normativa predominante no país na Nova República (a modernização liberal) e o segundo como um dos principais formuladores do mesmo Partido dos Trabalhadores - tendo sido inclusive deputado da Assembleia Constituinte de 1988.

OS PARADIGMAS DE INTERPRETAÇÃO DO BRASIL

O golpe militar de 1964 e a ordem instaurada em seguida acabaram criando, paradoxalmente, as condições para que o liberalismo culturalista e o estruturalismo sociológico ascendessem ao primeiro plano em termos de orientação intelectual do país. Ambos passaram a predominar na academia, na mídia e, por consequência, colonizaram o debate público. Quando o ciclo ditatorial se exauriu, as atenções da inteligência brasileira tinham estado voltadas para tentar explicar as raízes histórico-sociológicas de nosso autoritarismo. Assim, no momento em que a nova ordem institucional está sendo erigida, tendo como marco a promulgação da Constituição de 1988, a expressão da reorientação das bases intelectuais se concretiza completamente. O seu sentido será o da substituição da lógica transformadora, que vigorara até o nacional-desenvolvimentismo, pela lógica da acomodação institucional combinada com o discurso da inclusão -

caudatária, como veremos, da tradução em política do novo ordenamento de ideias a fazer a cabeça dos que governariam o país.

Nas três grandes perspectivas de explicação do Brasil estão congregadas análises sobre a sociedade brasileira - destacando seus problemas, dilemas e realizações -, justapostas a projetos políticos capazes de se traduzirem partidariamente e de influenciar a ação do Estado. Embora cada uma dessas categorias que formam as correntes do pensamento social brasileiro indique uma unidade de elementos capaz de formar um conjunto coerente, deve-se observar também o seu caráter relativo, já que alguns pensadores integrantes de cada uma dessas correntes, assim como os temas a que cada uma delas se concentram, podem frequentar uma espécie de zona fronteira entre essas categorias.²

O liberalismo culturalista tem duas versões nativas: a psicossocial, que advoga a tese do personalismo como elemento fundamental de nossa ordem social, e a institucional, a qual sustenta que o maior problema do país é o seu patrimonialismo endêmico organizado em torno do estamento burocrático que controla o Estado e através dele mina a capacidade de livre desenvolvimento do mercado entre nós, tal como teria se dado, por exemplo, nos Estados Unidos. A base dessa visão é a de que a nossa formação histórica foi dominada por uma herança de ideias, práticas e instituições advindas do mundo ibérico que precisam ser removidas. Na programação político-institucional, a sua inspiração é o federalismo de cepa norte-americana e o constitucionalismo liberal, tendo a questão da representação política e da autonomia da chamada sociedade civil contraposta ao Estado como seus eixos basilares.³

² Ver Brandão, 1997, p. 21-76, para um esforço de categorização geral do que ele chama de “linhagens do pensamento político brasileiro”, no qual o que “interessa é investigar a existência dessas ‘famílias intelectuais’ no Brasil, reconhecer suas principais características formais e escavar sua genealogia”. Para entendermos que “estamos diante de formas de pensar que contêm modelos de sociedade e de estado distintos e práxis relativamente diferenciadas, e não apenas de autores isolados e ideias arbitrárias, não só de diferenças de estratégia em função de objetivos que todos compartilham - como sua demonstração, longe de adiar, exige a intervenção generalizadora”.

³ Esta corrente de pensamento é integrada por autores como Tavares Bastos, Rui Barbosa, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro e Roberto DaMatta. Para uma exposição sistemática a respeito desta tradição intelectual, ver Vianna, 1997, e, para uma defesa dela tomando o seu viés liberal como norte, ver Lamounier, 1999. Para uma crítica relativa ao déficit sociológico deste paradigma explicativo do Brasil e suas consequências ideológicas, ver Souza, 2009, p. 15-100, em um texto no qual, inclusive, está estabelecida corretamente a centralidade da obra de Gilberto Freyre para esta tradição intelectual, embora o autor de Casa-Grande & Senzala, ao contrário de todos os seus outros membros, tenha uma visão positiva acerca da herança ibérica e das possibilidades de uma contribuição brasileira à civilização ocidental.

Já o estruturalismo sociológico tem como sua principal ambição explicar o advento da ordem social capitalista e sua estruturação no Brasil. É um paradigma que quase sempre foi dominado pela tradição marxista e sediado fundamentalmente em São Paulo. A sua tarefa analítica centrou-se no esforço de revelação da dinâmica de nossa “revolução burguesa”, percebida sempre em termos negativos. Um de seus desdobramentos tem sido uma sociologia que se ocupa fortemente da denúncia dos processos de exclusão social derivados da forma de organização e funcionamento da sociedade de classes no Brasil, geralmente acoplado à autocracia burguesa. O seu programa político institucional oscila entre a proposta de revolução e a de democracia social sem, contudo, ser capaz, como seus congêneres europeus atuais, de escapar do estatismo e do corporativismo como os arranjos institucionais que, na prática, acabam traduzindo suas ideias abstratas, como a de socialismo.⁴

A terceira grande corrente de pensamento de nossa tradição intelectual, o construtivismo institucional, teve desde sempre como foco de atenção analítica o processo de constituição da nação. A sua base é a crítica das instituições e práticas transplantadas em uma sociedade oligárquica e insolidária, e a partir dela propõe a superação do colonialismo mental por meio de um método de compreensão da relação entre ideias e instituições apropriado a uma sociedade subdesenvolvida. No programa político institucional, o acento na anterioridade das liberdades civis em face das liberdades políticas e a reorganização estrutural do capitalismo brasileiro como meio de construir a nossa civilização foram a sua marca em um primeiro momento, cuja natureza autoritária⁵

⁴ Os principais nomes dessa corrente são Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e, num nível abaixo de abstração e generalização teóricas, a maior parte da sociologia *uspiana* de Fernando Henrique Cardoso a Francisco de Oliveira, passando por Maria Silvia Carvalho Franco, Octavio Ianni e Francisco Weffort. Recentemente, essa perspectiva sofreu uma revitalização com os estudos teoricamente inovadores do sociólogo Jessé Souza, que, inspirado em figuras como Pierre Bourdieu e Charles Taylor, desenvolveu uma hermenêutica para compreender a estrutura de sociedades periféricas como a brasileira, tendo como foco também o problema da desigualdade. Mas apresenta também, como um de seus traços mais salientes, a incapacidade de pensar as instituições e os processos institucionais passíveis de reorganizar a estrutura criticada e denunciada. Desde a passagem pelo governo de Dilma Roussef, quando ocupou a presidência do IPEA (2015-2016), adotou uma posição de intelectual público que descambou crescentemente para o militantismo, exacerbando uma perspectiva moralizante da sociedade e da política - na qual a vida social transcorre, quase sem mediações, entre algozes malvados e vítimas indefesas.

⁵ Wanderley Guilherme dos Santos, o mais eminente cientista político brasileiro, desenvolveu um dos conceitos centrais para se analisar o pensamento político brasileiro, o de autoritarismo instrumental: “Em primeiro lugar, os autoritários instrumentais, na designação aqui adotada, creem que as sociedades não apresentam uma forma natural de desenvolvimento, seguindo antes os caminhos definidos e orientados pelos tomadores de decisão. E desta presunção deriva-se facilmente a inevitável intromissão do Estado nos assuntos da sociedade a fim de assegurar que as metas decididas pelos representantes desta sociedade sejam alcançadas. [...] Em segundo lugar, afirmam que o exercício autoritário do poder é a maneira mais rápida de se conseguir edificar uma sociedade liberal, após o que o caráter autoritário do Estado pode ser

foi aos poucos sendo suplantada por uma perspectiva baseada na democratização socioeconômica como forma de mudança social.⁶

Entre as três visões sobre o Brasil desenvolvidas a partir e ao longo de mais ou menos o último século e meio, há um compartilhamento, parcial e distinto em termos de ênfases, na crítica ao liberalismo culturalista por parte dos construtivistas institucionais e estruturalistas sociológicos. De maneira sumária, pode-se apresentá-la da seguinte forma: do ponto de vista explicativo, a tese central do liberalismo culturalista não se sustenta, pois é impossível afirmar que uma sociedade fundada em práticas sociais e institucionais pré-modernas tenha conseguido criar uma ordem social economicamente dinâmica e pujante, cuja escala se tornou, ao longo do século passado, a sétima no ranking que mede o tamanho do PIB no mundo. É evidente que, para alcançar um resultado desses, há de predominar uma lógica eminentemente moderna na hierarquia organizadora das instituições, capaz de influenciar o comportamento das pessoas.

Por outro lado, se é verdade que os problemas brasileiros não estão vinculados ao atraso, não é menos verdade que ao lado dos Estados Unidos somos a sociedade moderna mais desigual que se conhece e que, portanto, não será com a importação de arranjos institucionais e legais, como os que definem a base da sociedade norte-americana, que vamos enfrentar esse problema. Por isso, é possível sustentar que tanto o estruturalismo sociológico como o construtivismo institucional compartilham uma crítica ao ideário interpretativo ainda dominante sobre o Brasil e propõem uma explicação alternativa sobre a formação histórica do país e de seus desafios contemporâneos.

Mas as críticas ao liberalismo culturalista percorrem caminhos analíticos bastante distintos que, por sua vez, levam a programas políticos também muito diferentes. O

questionado e abolido. A percepção do autoritarismo, como um formato político transitório, estabelece a linha divisória entre o autoritarismo instrumental e as outras propostas políticas não democráticas”, SANTOS, 1978, p. 103. Vide para expansão do conceito: PY & PEDLOWSKI, 2020.

⁶ Essa é a corrente de pensamento com o maior grau de heterogeneidade, tanto teórica quanto metodológica. Fazem parte dela Oliveira Vianna, Guerreiro Ramos, Ignácio Rangel, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Roberto Mangabeira Unger. Uma maneira de compreender a ligação entre esses autores é observar que tanto no diagnóstico dos problemas brasileiros, em que nenhum deles enxerga o “capitalismo” como uma meta-estrutura como o faz o estruturalismo sociológico, quanto na proposta de ação política, também nenhum deles se deixa seduzir completamente por abstrações conceituais e ideológicas como o fazem o liberalismo culturalista e o estruturalismo sociológico, ambos “vidrados” nas doutrinas europeias prestigiosas do século XIX. Para uma exposição clássica da primeira fase deste pensamento, ver Santos, 1978, especialmente o capítulo “A Práxis Liberal no Brasil: Propostas para reflexão e pesquisa”. Para uma crítica desta visão, entendida como veículo de uma nociva ideologia de Estado, ver Lamounier, 1985.

estruturalismo sociológico opera um determinismo socioeconômico caracterizado por recorrer a genealogias explicativas da ordem presente, enfeixando críticas e denúncias a ela. Em seu método de análise das formações institucionais, há o predomínio da descrição genealógica dos arranjos que se acoplam a determinada estrutura, mas sem o descortino das alternativas institucionais e práticas à forma de organização analisada e criticada. A aposta sempre foi na implosão revolucionária da ordem, entendida como totalidade indivisível. Sem revolução, a última palavra acaba ficando, paradoxalmente, para o mundo existente.

Esse paradoxo gera uma circunstância curiosa: se no plano lógico do pensamento o estruturalismo sociológico precisa advogar a revolução (entendida como a substituição sistêmica de uma ordem por outra) como o único verdadeiro processo de transformação, quando seus devotos se veem diante da operação política da ordem estabelecida, o que praticam são esforços de compensação dos problemas estruturais que só podem ser “resolvidos”, segundo a doutrina, pela revolução. No construtivismo institucional, a ênfase é justamente contrária: nas formas alternativas de reorganização da estrutura e das instituições. Isso indica que três elementos demarcam a fronteira entre o estruturalismo sociológico e o construtivismo institucional:

- 1) a maneira como enfrentam a relação entre o entendimento do existente e a imaginação do possível;
- 2) a maneira como lidam com as conquistas intelectuais representada pelo advento da teoria social no século XIX e, particularmente, o conceito de capitalismo; e
- 3) a maneira como concebem a política e as suas possibilidades. O estruturalismo sociológico entende as classes sociais e seus interesses como uma variável independente da política. Alternativamente, no construtivismo institucional a política pode moldar e direcionar os interesses de classe.

Em cada um desses itens, suas diferenças podem ser compreendidas como derivadas da recepção e do uso daquilo que Mangabeira Unger conceituou como “teoria social de estrutura profunda”. Nela ocorre a representação de toda ordem social como formada por uma metaestrutura cujas partes estão vinculadas a uma lógica da qual não

conseguem escapar nem se separar, a não ser que essa metaestrutura se desintegre completamente e desse processo surja outra metaestrutura reordenando as partes de outra maneira. Essa perspectiva recorre a três movimentos teóricos característicos: 1) a distinção entre uma estrutura formadora e uma rotina formada por esta estrutura; 2) o entendimento de que essa relação entre estrutura e rotina constitui uma totalidade que, por sua vez, é indivisível; 3) que essa totalidade, sistêmica, é internamente governada por leis tendenciais de desenvolvimento⁷ (UNGER, 2004, p. 87-96).

Assim, as diferenças mais explícitas entre construtivismo institucional e estruturalismo sociológico giram em torno de considerações acerca dos meios de superação das restrições organizacionais, tecnológicas e psicológicas que formam o país. Para o estruturalista sociológico, a transformação é sistêmica ou não há transformação. Para o construtivista institucional, ao contrário, a transformação social se dá pela alteração das estruturas através da inovação das instituições. A ideia de alternativa não é um *slogan*, mas um momento permanente de vivência socioinstitucional. Isso implica a abertura de um espaço destinado ao pensamento programático, que é sonhado na concepção revolucionária da política derivada da lógica da teoria social de estrutura profunda, o guia intelectual do estruturalismo sociológico.

No tipo de abordagem intelectual do construtivismo institucional, a ligação entre teoria e prática (ideias e política) cumpre o papel de ajudar a conhecer as opções institucionais: mapeando extensivamente os problemas, criticando-os através de sua decomposição analítica e propondo alternativas que recombinaem as partes decompostas de outra maneira. O resultado é a desmistificação do poder e o conhecimento empírico de seus mecanismos colocado à disposição da reorganização dos artefatos institucionais que

⁷ Embora o marxismo seja o exemplo mais característico de uma teoria social de estrutura profunda, esta tradição tem também evidentes marcas deixadas pelas obras de Durkheim e Weber. Entre os três paradigmas aqui referidos, o que menos influência sofreu e mais criticamente metabolizou a teoria social de estrutura profunda na interpretação e explicação do Brasil foi o construtivismo institucional. Tanto o estruturalismo sociológico como o liberalismo culturalista se deixaram impregnar pelas teses centrais e formas de pensar da teoria social de estrutura profunda na abordagem do Brasil, realizando uma estratificação do modelo em um “pensamento social brasileiro”. No estruturalismo sociológico é onde a tradução se fez mais fidedigna, com ênfase no descortino da formação histórica de nosso sistema econômico social, contemplando os três movimentos teóricos característicos. O liberalismo culturalista enfatiza o peso da dimensão cultural de nossa saturação histórica, tomando como recurso a comparação entre traços civilizacionais extraídos da abordagem weberiana para apontar o nosso atraso - sociedade estamental, Estado dominado pela racionalidade burocrático-patrimonial e política baseada na cooptação em vez da representação.

regulam os interesses e os ideais formadores da estrutura da vida social. A transformação pode se dar de maneira endógena à operação da ordem social, dispensando a sua substituição completa por outra. Na ausência dessa substituição completa, o que resta ao pensamento e à política é humanizar a estrutura existente. Essa diferença de visão e de orientação pode ser observada na comparação das experiências do trabalhismo histórico na primeira metade do século passado (tomadas como expressão do construtivismo institucional) e a do petismo nas duas primeiras décadas deste século (tomada como expressão do estruturalismo sociológico).

O LIBERALISMO CULTURALISTA DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

O livro *Raízes do Brasil* ocupa lugar muito especial na cultura brasileira. Ele talvez seja o caso mais bem sucedido de uma interpretação do país que se transmutou em ideologia política a orientar as grandes linhas de um movimento partidário, sendo capaz de ilustrar a tradução de uma visão que perpassa o nosso debate público em diferentes contextos. E ainda mais relevante, essa obra de Sérgio Buarque de Holanda alcança essa posição a partir de um tipo de disseminação que consegue atravessar polos aparentemente antitéticos: liberais e esquerdistas. O caminho dessa fortuna intelectual e política está ligado, além de sua forma ensaística exuberante, à combinação da defesa de um liberalismo “americanista” a uma crítica “cultural” do Brasil, no sentido de que a nossa formação carrega uma mácula difícil de ser extirpada, muito ao gosto do colonialismo mental reinante em nossa alta cultura.

O tema central do livro está inscrito em seu título, mas seu desenvolvimento pode ser descrito como uma tentativa de analisar a dupla relação que daria ao Brasil tanto a sua estrutura como a sua fisionomia: de um lado, a relação entre a ordem privada e o Estado e, de outro, a sociedade patrimonial e o autoritarismo político. Esse produto da dialética perversa da herança ibérica introduzindo-se no universo tropical se apresenta de forma mais acabada na acentuada centralidade a que o ruralismo, legado pelo tipo de colonização praticada pelos portugueses, nos condenou. Aqui os portugueses não objetivaram construir um mundo à sua imagem como tentaram os espanhóis em nossa vizinhança na América Latina. A construção de um “acampamento”, para lembrarmos a

expressão de Celso Furtado a definir nossa empreitada colonial, pode ser entendida como a marca do iberismo de cepa portuguesa na América.

Mas por que o português que chegou ao Brasil não quis construir uma civilização, como os ingleses protestantes quiseram nos Estados Unidos? A resposta está na mentalidade distinta de ambos os colonizadores. O tipo português era aventureiro e plástico, desprovido do ímpeto racional e metucioso, embora dotado de enorme capacidade de adaptação. Isso lhe teria permitido embrenhar-se no novo meio e misturar-se étnica e culturalmente: “A rotina e não a razão abstrata foi o princípio que norteou os portugueses [...] Preferiam agir por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras, a traçar de antemão um plano para segui-lo até ao fim” (HOLANDA, 2001, p. 109). A consequência prática desse processo é “que a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização” (HOLANDA, 2001, p. 107). A implicação dessa distinção não poderia ser mais decisiva para a história nacional brasileira segundo o nosso autor, pois ela engendrou o seu elemento mais importante e duradouro: o vasto mundo do ruralismo.

A vida rural brasileira é caracterizada pelo predomínio do isolamento espacial nos grandes latifúndios concentradores de propriedade e nas relações familiares. A constituição dessa ordem privada onipotente conta com a poderosa instituição da escravidão (problema pouco tematizado por Holanda) e um estilo de autoridade que compõe um domínio autárquico com tal magnitude que nenhuma instituição lhe escapava: “o engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo” (HOLANDA, 2001, p. 80). Era um contexto em que nem o juiz nem o político, representantes do Estado, jamais desafiavam o proprietário de terras. Sob o poder senhorial também ficavam a igreja e a escola. A sociabilidade resultante desse universo familístico em que se concentravam dominação e lealdades fazia com que “a força do princípio patriarcal de autoridade [tivesse] uma contrapartida psicológica: o ambiente doméstico acompanha o indivíduo mesmo quando este se situa fora dele. É quando o privado transborda para o público” (AVELINO FILHO, 1990, p. 2).

O grande produto, por assim dizer, dessa agência cultural portuguesa no Brasil será um novo tipo social, genuinamente brasileiro, classificado por Holanda como “o homem cordial”. A força vinculante da cordialidade no Brasil seria de tal ordem que ela deixa marcas que se estendem à esfera econômica dos negócios e à esfera da religiosidade,

ambas tomadas por um espírito de intimidade que subverte a frieza que geralmente caracteriza as relações comerciais, assim como o papel de organização cognitiva do mundo alcançado pelas religiões nas grandes civilizações. Entre nós, a disciplina e a racionalidade nela implicadas, que caracterizam essas atividades, esvaem-se no leito da afetividade cordial. Temos, assim, uma sociedade entranhada pelo espírito do privatismo familista expresso no emocionalismo instantâneo, cuja manifestação inequívoca apareceria na enorme incapacidade do brasileiro em distinguir o público do privado. Desse modo, o circuito se fecha e a obra luso-brasileira se realiza: iberismo, ruralismo e cordialidade⁸.

Mas uma ordem dominada por um personalismo tão intransigente e severo como o descrito por Holanda implica uma contrapartida institucional que, no esquema da abordagem liberal culturalista, é a fonte primordial do atraso nacional brasileiro: o Estado patrimonialista.

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário ‘patrimonial’ do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. [...] A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida do Estado burocrático (HOLANDA, 2001, p. 145-146).

O patrimonialismo, assim percebido, parece ser mais pernicioso e insidioso do que o personalismo (no qual Holanda reconhece aspectos positivos, como a plasticidade), porque ele representa o bloqueio das possibilidades de instituição daquilo que o nosso grande ensaísta considera as bases da modernidade: a economia de mercado e a democracia representativa liberal, nos termos em que elas se apresentaram nos Estados Unidos. É por isso que a parte de *Raízes do Brasil* dedicada ao programa de reforma do

⁸ “O contraponto, a partir de Buarque, também vai ser claro: Os Estados Unidos da América e sua herança protestante ascética de um individualismo do controle dos afetos e da disciplina impessoal. Afinal, o homem cordial é construído passo a passo como a imagem invertida do pioneiro protestante americano. Nesse movimento é que se cria o que gostaria de chamar de ‘teoria emocional da ação social’” (Souza, 2009, p. 56). A tese do sociólogo Jessé Souza é a de que essa teoria emocional da ação se tornou a base epistemológica das ciências sociais que predomina no Brasil até hoje, segundo ele combinando senso comum e “brasilidade”, numa operação intelectual classificada de “ciência conservadora”. Nessa perspectiva, o liberalismo culturalista é percebido como um instrumento que tem servido à elite dominante para desviar a atenção do verdadeiro e singular problema nacional, a nossa abissal desigualdade, específica do tipo de modernização periférica à qual teríamos sido submetidos.

atraso ibérico incrustado em nosso presente desde o passado contempla o “americanismo”⁹. Mas a problemática derivada das questões atinentes ao patrimonialismo recebe atenção no interior dessa tradição de pensamento de outro clássico dos chamados intérpretes do Brasil, Raimundo Faoro. A tese do patrimonialismo formulada em *Os Donos do Poder* é prenhe do elemento interpretativo, no sentido de pouca afeição à realidade factual.¹⁰ Talvez por isso Simon Schwartzman tenha tentado construir um argumento que preenchesse a lacuna “empírica” desse institucionalismo faoriano. O caso concreto que “comprovaria” a tese do patrimonialismo brasileiro seria a “exceção” de São Paulo, que conseguira escapar do parasitismo patrimonialista predominante no restante do país¹¹.

A terapia modernizadora de nossos males de origem se inicia, para a análise liberal culturalista, a partir do impulso urbanizador e comercial do século XIX, mas requereria, para remover os resquícios do Estado neopatrimonial, uma reforma política vigorosa que reorientasse radicalmente a institucionalidade do Estado: centralidade da representação em lugar da lógica de cooptação, autonomia da sociedade civil como meio de remover as permanências estamentais, adoção do princípio descentralizador na esteira da lógica federalista e prevalência do direito civil sobre o direito administrativo. Essa plataforma do constitucionalismo liberal convencional tem sido o programa a animar a elite política

⁹ Muito embora o foco central da empreitada analítica de Holanda esteja na análise dos estímulos culturais à ação prática, como na descoberta da obra de criação do iberismo no homem cordial, muitos comentadores chamaram a atenção para essa dimensão programática implícita na parte final do livro: “Diferentemente do Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda não oferece um projeto de modernização, um conjunto de medidas de determinado teor e dotado de uma direção clara que orientasse uma ou outra via de modernização rumo à sociedade futura. Mas tem, claramente, em Raízes do Brasil, a ideia de modernização brasileira como centro de suas preocupações e elaborações” (PIVA, 2000, p. 153).

¹⁰ O livro *Os Donos do Poder*, de Faoro, é um dos mais notáveis exemplares de história das ideias escritos no Brasil. Mas como análise institucional da política e do estado é bastante frágil, o que suscita o levantamento de hipóteses para o contraste entre o seu sucesso e a sua limitação analítica. Uma primeira pista deve ser buscada num capítulo da história intelectual brasileira: na década de 50, quando o livro veio a público, reinava no país o paradigma marxista nas análises sobre o Estado, de tal sorte que a sua inspiração weberiana serviu de contraponto neste ambiente. Uma segunda pista é que seis anos após a publicação da obra, o país sofreu um golpe de estado que instaurou uma ditadura. Nesse contexto, uma espécie de estadofobia era bastante compreensível. E uma terceira pista aponta para a biografia de Faoro, que presidiu a OAB durante a ditadura e cumpriu papel exemplar no esforço de restauração da ordem democrática e na observação, tanto quanto possível nesse contexto, dos direitos.

¹¹ O argumento desenvolvido em *São Paulo e o Estado Nacional* se baseia na ideia de que a excepcionalidade paulista se iniciou com uma colonização distinta da que vigorou no país, pois teve o seu movimento básico em direção ao interior, e não para o litoral. A esse feito original, sucedeu-se uma dinâmica que permitiu aos paulistas “não desenvolverem em seu próprio estado uma estrutura política de dependência em relação à administração central”. SCHWARTZMAN, 1975, p. 150.

brasileira mais íntima do intelectualismo que considera o Brasil hierárquico e arcaico, mas não vê problema na dependência nacional ou na desigualdade social¹².

A exemplaridade do liberalismo culturalista de *Raízes do Brasil* apresenta múltiplos ângulos. O primeiro aspecto, descontado o exagero de algumas formulações com vezo essencialista, está no esforço bem sucedido de captar a transmissão eminentemente cultural de um “estilo de vida” português para o universo brasileiro. Afinal, o sincretismo é uma das marcas do Brasil. Argumento que as recepções das teses centrais de Holanda erram no grau de abstração a ela imputada. O personalismo identificado por Holanda sempre foi uma realidade em nosso meio social, mas hoje a sua incidência é secundária, hierarquicamente fraca como força propulsora da organização socioinstitucional do Brasil, um país robustamente moderno, embora cheio das mais variadas distorções¹³.

Há, sem dúvidas, uma reminiscência do personalismo na nossa cultura, por exemplo, nas formas de tratamento designadas por termos como “amigo” e “irmão” a pessoas com as quais nos relacionamos em experiências vinculadas ao universo dos interesses, como a política e a economia. Mas isso não significa uma neutralização da força desenraizante do capitalismo entre nós. Muito ao contrário, o valor mais sagrado na sociedade brasileira contemporânea é o dinheiro – essa poderosa tecnologia que alterou os rumos da história humana ao criar, segundo Simmel, uma cultura em torno de si. De toda sorte, o que parece incontornável é a influência que as teses de Holanda tiveram e ainda têm até hoje no debate sobre os rumos para o país: “O caminho para o qual a

¹² Werneck Vianna, 1999, p. 177, percebeu com acuidade o cerne do ponto crítico em questão: “A leitura do tema do patrimonialismo em Weber, à medida que se volta para o paradigma do Oriente clássico [...] deriva uma das principais controvérsias da literatura, por opor, de um lado, os que advogam - desde Tavares Bastos aos constituintes de 1891 e aos adeptos hoje da reforma política como base prévia para a modernização do país – que o país legal deve mudar o país real, e, de outro, os que invertem o sentido dessa proposição”.

¹³ O caso talvez mais eloquente de superação da influência de uma ética do personalismo no Brasil esteja representado na revolução pentecostal que ocorre junto às nossas classes populares, em curso no Brasil hoje. Trata-se de reorientação significativa das formas de consciência religiosa e moral no país. Estamos assistindo a uma transição da teodiceia do sofrimento para a teologia da prosperidade, parecendo indicar o fim da longa e duradoura hegemonia católica entre nós. Esse processo deve ser entendido também como uma reação à forma característica de relações sociais que vigorou em nossa sociedade tradicional, embora seu curso não *convirja* com a outra forma de reivindicação da superação de nosso atraso tradicional que aparece na moral secular da cultura dos direitos. Para uma análise das mudanças no seio da religiosidade popular brasileira, ver ARENARI, 2020.

resposta a esta questão se abre engloba a possibilidade de, ao reconhecer o peso do passado, adivinhar também um horizonte alternativo. É esta para mim a grandeza maior de Raízes do Brasil” (CARDOSO, 2013, p. 138).

O “caminho” ao qual se refere Fernando Henrique Cardoso na citação anterior diz respeito ao elemento programático extraível de *Raízes do Brasil*. Este está muito mais vinculado ao seu diagnóstico (a herança ibérica introduzida e traduzida no Brasil) do que à proposição de um rumo claro e definido (americanização por meio de “nossa revolução”). Essa ênfase no polo negativo, em paralelo à natureza generalista da agenda reformista, parece apontar para a chave de compreensão do alcance de sua influência junto aos liberais, que tomaram aquele diagnóstico como parte significativa de sua bandeira, e aos socialistas, que a tomaram como inspiração - Holanda é um dos fundadores do PT e ainda hoje cultuado em suas hostes.

A temática da corrupção, entendida na chave da privatização do público, sempre calou fundo nessa parte da esquerda: durante muito tempo, o slogan das campanhas do PT era “ética na política”. Mas a luta contra o Brasil personalista - e patrimonialista - não implicou jamais uma imaginação institucional nossa, formulada a partir da recombinação de nossos artefatos institucionais e materiais sociais, mas sempre à base da importação das soluções institucionais.¹⁴ O patrimonialismo é, assim, mais um tema a aproximar o PT do PSDB - assim como a defesa das políticas sociais compensatórias como horizonte máximo a aspirar no enfrentamento de nossa “questão social”.

O recurso à cópia pode ser criticado pelo seu próprio valor de face, como o fizeram muitos de nossos pensadores desde Oliveira Viana e Guerreiro Ramos, expoentes do construtivismo institucional¹⁵. Mas há um segundo elemento, conectado a esse primeiro,

¹⁴ O sociólogo Jessé Souza explica com precisão a ligação entre a tese e o seu uso político-programático: “Isso não significa que para Holanda o homem cordial não tenha qualidades. O fato é que essas qualidades, as quais foram tão importantes na criação de uma grande nação nos trópicos, como a plasticidade, a capacidade de acomodação e o compromisso com o gentio e o meio físico, serem as mesmas vistas, agora, como obstáculo à criação de uma grande nação moderna. Esse é o ponto. Para a construção da modernidade no Brasil, a herança ibérica passou a ser sinônimo de atraso e anacronismo por oposição à herança protestante nórdica”. SOUZA, 1999, p. 35-36.

¹⁵ Recorrendo ao citado conceito de autoritarismo instrumental, conseguimos captar a natureza de uma das críticas mais mordazes dirigida por Oliveira Viana aos nossos liberais: “Em 1920, Oliveira Viana expressou pela primeira vez, tão clara e completamente quanto possível, o dilema do liberalismo no Brasil. Não existe um sistema político liberal sem uma sociedade liberal. O Brasil, continua, não possui uma sociedade liberal, mas, ao contrário, parental, clânica e autoritária. Em consequência, um sistema político liberal não apresentará desempenho apropriado, produzindo resultados sempre opostos aos pretendidos pela doutrina.

relativo ao déficit de imaginação institucional brasileiro, que parece ainda mais grave: o fetichismo institucional como uma derivação do colonialismo mental. O conceito de fetichismo institucional foi formulado Mangabeira Unger em sua crítica reconstrutiva à teoria social em seu livro homônimo:

Para Unger, fetichismo institucional é a identificação imaginada de dispositivos institucionais altamente detalhados e em grande parte acidentais a conceitos institucionais abstratos tais como democracia representativa, economia de mercado ou sociedade civil livre. O fetichista institucional pode ser o liberal clássico que identifica democracia representativa e economia de mercado como um conjunto de dispositivos governamentais e econômicos que, por acaso, triunfaram durante o curso da história da Europa moderna (CUI, 2001: 15).

É nesse ponto que parecem residir as maiores dificuldades do liberalismo culturalista. Parece não haver dúvidas de que o Brasil tem grandes problemas a serem enfrentados e que as soluções passam por inovações institucionais. A questão é que não se pode inferir o conteúdo de tais inovações de abstrações conceituais, como democracia, mercado, capitalismo ou socialismo. As opções institucionais decisivas situam-se num nível de concretude que tais abstrações não alcançam. Além disso, muitas dessas soluções ainda não foram experimentadas por países de referência ou não se prestarem à transposição para outro contexto, impossibilitando o sucesso da cópia, como sempre asseverou a tradição do construtivismo institucional.

O ESTRUTURALISMO SOCIOLÓGICO DE FLORESTAN FERNANDES

A principal obra de Florestan Fernandes é *A revolução burguesa no Brasil*. Além de conter a explicação mais abrangente a respeito do país formulada pela sociologia uspiana, é também a mais característica representante do estruturalismo sociológico, tanto em termos de suas possibilidades quanto de seus limites heurísticos. Nesse livro, tem-se, de um lado, a narrativa do processo sociopolítico de passagem do regime estamental, ainda no Império, para a “ordem social competitiva”, uma mudança que, ao invés de ensejar uma luta aberta entre os grupos senhoriais dominantes no antigo regime e os

Além do mais, não há caminho natural pelo qual a sociedade brasileira possa progredir do estágio em que se encontra até tornar-se liberal”. SANTOS, 1978, p. 93.

burgueses, acaba por gerar uma espécie de acomodação na qual a nascente burguesia compartilha, por mais tempo do que se supõe para um “vencedor”, o poder com os herdeiros do latifúndio escravocrata. De outro lado, uma vez estabelecido, após lenta travessia entre regimes, o capitalismo em sua forma monopolista, a única maneira que este regime encontrou para administrar a sua dominação de classe teria sido o autoritarismo político.

No enredo principal de “nossa revolução”, a fase inicial foi marcada pelo advento do capitalismo comercial e da centralização administrativa do Estado, que sublinharam definitivamente a modernização do país a partir do processo de independência em 1822. A descrição analítica desse conjunto de mudanças começa na quebra do pacto colonial e da paralela organização do Estado nacional, acompanhado pela urbanização. Isso porque, embora o sistema colonial estivesse ligado ao centro dinâmico do comércio internacional, a lógica funcional da relação econômica privilegiava os interesses metropolitanos para onde afluíam a riqueza produzida. A alteração dessa lógica, operada pela independência, é uma das consequências da revolução burguesa.¹⁶

Essa constatação colocou uma das questões teóricas mais importantes da interpretação de Florestan: a revolução burguesa no Brasil foi obra da ação do burguês ou de um “espírito do capitalismo” burguês? Numa das mais penetrantes passagens desse clássico de nossa sociologia, a qual vale a longa citação, lê-se o seguinte:

Tratava-se, antes, de uma congêrie social, que duma classe propriamente dita. Aliás, até a desagregação da ordem escravista e a extinção do regime imperial, os componentes da “burguesia” viam-se através de distinções e de avaliações estamentais. Um comerciante rico, mas de origem plebeia, não poderia desfrutar o mesmo prestígio social que um chefe de repartição pobre mas de ‘família tradicional’. Contudo, o que unia os vários setores dessa congêrie não eram interesses fundados em situações comuns de natureza estamental ou de classes. Mas a maneira pela qual tendiam a polarizar socialmente certas utopias. Pode-se avaliar esse fato através do modo pelo qual os diversos setores dessa ambígua e fluida “burguesia” em formação iriam reagir: 1) às ocorrências de uma sociedade na qual imperava a violência como técnica de controle do escravo; 2) aos mores em que se

¹⁶ Neste ponto vale ressaltar uma comparação entre Florestan e Caio Prado Jr., o seu predecessor no esforço de explicar o surgimento do capitalismo no Brasil numa perspectiva estruturalista sociológica, cuja ênfase recaiu no caráter extrativista do regime colonial, constituindo-se num dos principais fatores do baixo dinamismo de nosso capitalismo. Já Florestan, “sem negar que a conservação do ‘atraso’, da dependência externa, da ‘selvagem’ exploração do trabalho, do ‘autocratismo’, gera importantes determinações específicas de nosso moderno capitalismo [...] ressalta também os traços *novos* que o capitalismo introduz na vida social brasileira”, possibilitando com isso que “a ‘imagem do Brasil’ elaborada pelo nosso marxismo dê um significativo passo à frente”, COUTINHO, 2000, p. 254.

fundavam a escravidão, a dominação senhorial e o próprio regime patrimonialista; 3) à emergência, à propagação e à intensificação de movimentos inconformistas, em que o antiescravismo disfarçava e exprimia o afã de expandir a ordem social competitiva. [...] Por fim, desses núcleos é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos “brancos” e para “os brancos”: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguiu o estatuto colonial, pretendia organizar-se como Nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado (FERNANDES, 1976, p. 18-19).

Para Fernandes, as raízes da sociedade altamente dinâmica do ponto de vista econômico e irresponsável do ponto de vista social, como é a brasileira ainda no início do século XXI, estão localizadas na forma de processamento de nossa revolução burguesa: ela nunca foi capaz de olhar para o horizonte democrático, como o fizeram, segundo ele, as experiências similares da Europa e até certo ponto a dos Estados Unidos. A estratificação das ideias liberais no Brasil foi capaz de inspirar a superação lenta do antigo regime, mas jamais havia se preocupado em traduzir em políticas de enfrentamento da profunda desigualdade social herdada do regime escravocrata: daí que nosso liberalismo culturalista sempre esteve muito mais preocupado com a reforma política do que com a reforma social.¹⁷ Apesar de sua completa insensibilidade social quanto ao destino da massa de escravos libertos jogada ao léu após a abolição, ao ajudar na derrubada do antigo regime, a febre ideológica criada pela “utopia liberal” logrou instituir mudanças legais e estipular requisitos funcionais da ordem social na qual “a necessidade de adaptar a dominação senhorial a formas de poder especificamente políticas e organizadas burocraticamente não teria produzido os resultados reconhecíveis, se o horizonte cultural médio dos ‘cidadãos de elite’ não absorvesse ideias e princípios liberais” (FERNANDES, 1976, p. 46).

Uma das questões mais importantes e mais problemáticas da teoria social é sua compreensão acerca de como se dá a relação entre a estrutura das sociedades e as suas instituições eminentemente políticas. A descrição feita por Fernandes dessa relação no

¹⁷ Sob essa ótica, não deixa de ser curioso que o PT, que se intitulava um partido socialista, tenha aderido à “campanha” do liberalismo culturalista em prol da reforma política e, durante os seus mandatos à frente do governo central, tenha realizado políticas sociais compensatórias - cujo efeito sobre os abandonados de nossa revolução burguesa foi positivo - sem ter, entretanto, proposto nenhuma reforma estrutural com a intenção de reverter algumas das consequências de “nossa revolução” excludente. Talvez o caso talvez mais eloquente seja o da situação de forte precarização da maior parte dos trabalhadores brasileiros, para a qual o PT jamais apresentou qualquer projeto que não seja a defesa dos direitos adquiridos no período do Trabalho Histórico.

processo de emergência e expansão do capitalismo monopolista no Brasil exemplifica o problema: para ele, tendo em vista a natureza dependente do desenvolvimento de nossa economia de mercado, a burguesia nativa não tinha alternativa a se tornar sócia menor do capital internacional e buscar uma forma “autocrática” de administração dos conflitos resultantes de sua atuação econômica, ao contrário das revoluções burguesas típicas que desembocaram em regimes liberal-democráticos.¹⁸

Esse tipo de aporia não é incomum no plano da teoria social em suas análises das consequências institucionais causadas pelas mudanças estruturais. No pensamento de Marx, por exemplo, o objetivo do conceito de capitalismo é vincular um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade a um conjunto de instituições e mostrar que essas instituições são a condição necessária e suficiente para aquele desenvolvimento das forças produtivas. Mas para explicar o resultado do desenvolvimento das forças produtivas nesses termos, a concepção de Marx precisaria ser ao mesmo tempo muito mais concreta e muito mais pluralista: necessitaria imaginar que as estruturas são capazes de serem divididas e re combinadas segundo uma quantidade infinita de formas. Uma vez que se concebiam as estruturas dessa maneira, não se pode mais imaginá-las como produto de leis de desenvolvimento e nem muito menos de totalidades indivisíveis.¹⁹

Algo muito semelhante ocorre com a explicação de Florestan acerca da incapacidade de nossa burguesia para realizar plenamente, enquanto classe liderante, um

¹⁸ Nesse caso é possível encontrar dentro da própria tradição marxista em que se apoia Florestan fortes argumentos contrários à sua formulação: “A Alemanha e o Japão, por exemplo, embora não fossem países dependentes, experimentaram vias ‘não clássicas’ para o capitalismo, marcadas também, pelo menos durante um longo período, pela construção e preservação de estruturas políticas abertamente ditatoriais; além disso, embora em ambos os casos estivessemos diante de capitalisms ‘tardios’, isso não impediu que Alemanha e Japão se tornassem, por sua vez, países imperialistas”. COUTINHO, 2000, p. 256.

¹⁹ Dentro da tradição marxista, ocorreram tentativas de controlar essas aporias. Uma é o esforço de tornar a dialética entre estrutura e instituições mais política e mais pluralista, sobretudo pela “ideia de trajetórias múltiplas de transformação”. Nesse caso, em vez de haver um só caminho para o capitalismo ou do capitalismo para o socialismo, haveria vários. Em decorrência torna-se necessário dar mais relevo às formas de consciência e organização social e de política que explicariam a diversidade dessas trajetórias, apesar de manter a narrativa geral da sequência dos modos de produção. O problema é que essa pluralização das trajetórias nunca parece ser suficiente para explicar o que acontece. À medida que se explica adequadamente por que ocorreu uma trajetória em vez de outra – por que, por exemplo, na França e nos Países Baixos se consolidou uma agricultura em escala familiar, em vez da agricultura concentrada da Inglaterra - a narrativa geral funcionalista das sequências dos modos de produção se torna supérflua. Parece que a tentativa de alcançar o realismo explicativo leva a uma desintegração progressiva do sistema teórico. Um dos significados práticos dessa dificuldade para a teoria social é a sonogação do espaço para a imaginação institucional e o pensamento programático. UNGER, 2004, p. 101-120.

projeto de afirmação de um capitalismo autônomo.²⁰ Ora, se as condições sistêmicas, por assim dizer, eram desfavoráveis, como esperar que a burguesia fosse capaz de mudar o quadro? Nesse ponto, a análise de Florestan parece ter sido influenciada pela visão de seu discípulo Fernando Henrique Cardoso a respeito da relação entre dependência e desenvolvimento na América Latina, revelando no fundo que a sua avaliação da burguesia brasileira converge para a mesma teoria da fraqueza nacional de Cardoso - que, no caso, não apenas a formulou intelectualmente como a praticou durante os oito anos (1995-2002) em que foi presidente do Brasil.

Se, por um lado, análises do processo de modernização da sociedade brasileira como a de Florestan têm o mérito de jogar por terra as ilusões de um paradigma como o liberalismo culturalista e sua tese acerca da herança ibérica como causa fundamental de nossos males endêmicos e de sua necessária remoção por meio da importação das instituições “corretas” do Atlântico Norte, por outro, exemplificam os limites da perspectiva baseada na teoria social.²¹ Não obstante os seus percalços, como a afirmação da impossibilidade de a burguesia brasileira aceitar a democracia sem pôr em xeque a sua existência como classe, o esforço explicativo contido em *A revolução burguesa no Brasil* significou um avanço também em relação a um institucionalismo míope que domina hoje a ciência política no Brasil e no mundo, no qual a relação entre instituições e estrutura é completamente ignorada, como se a política fosse uma atividade autônoma da sociedade e de seus condicionantes de classe.²²

²⁰ Conforme se lê na seguinte passagem: “O significado histórico-sociológico dessa transição é evidente. A burguesia brasileira não conseguiu levar a cabo a revolução industrial, nas condições com que se defrontava – com dificuldades inerentes não só a uma economia competitiva dependente e subdesenvolvida, mas às pressões desencadeadas, a partir de dentro e a partir de fora, pelas grandes corporações e por economias centrais que operavam em outra escala, a do capitalismo monopolista e da forma correspondente de dominação imperialista”. FERNANDES, 1976, p. 260.

²¹ Gabriel Cohn, em sua precisa análise conceitual da construção metodológica do livro *A revolução burguesa no Brasil*, captou com agudeza os desafios do uso da teoria social em um empreendimento como o de Florestan. Analisando o modo como ocorre o relacionamento entre a dimensão da ação e a das condições estruturais no bojo das quais atuam os agentes, ele adverte: “No caso das estruturas (e a mais abrangente é a sociedade toda) a coisa é mais complicada. Aqui a questão é a de reconhecer um *tipo* de estrutura. É como se a sociedade fosse observada como algo em construção, com sua armação básica já definida. [...] A ideia subjacente é que, dada uma certa linha de desenvolvimento, a tendência é ir até o fim, até incorporar o conjunto de traços que define um tipo (a ordem social competitiva, digamos)”. COHN, 1999, p. 410.

²² Aqui vale lembrar outro livro de Florestan, *A integração do negro na sociedade de classes*, uma obra-prima sociológica, em que ele mostra como os efeitos da escravidão marcam de maneira implacável o futuro, sombrio, dos negros libertos. Florestan revela com exemplar acuidade como mecanismos estruturais entranham a ação social de indivíduos: “A tese de Florestan é a de que a família negra não chega a se

De todo modo, o legado intelectual da principal figura de nossa sociologia acadêmica ilustra bem a posição do estruturalismo sociológico no panorama do pensamento brasileiro: explica adequadamente uma parte da realidade do país, aquela marcada pela instituição do capitalismo - de um tipo cuja marca é a maior desigualdade social (ao lado dos Estados Unidos) em uma sociedade moderna. Mas, para realizar a sua grande conquista analítica, perdeu de vista a compreensão da política como construção institucional a partir dos materiais produzidos pelas variações e contradições que a operação da ordem social necessariamente gera: isso desautoriza, portanto, toda ideia de completo acoplamento sistêmico sustentada por Florestan. Afinal, na sociedade, ao contrário da natureza, o “circuito” nunca se fecha totalmente.²³

As dificuldades analíticas da dimensão institucional da política, do tipo preconizado pela abordagem de Florestan, acabam influenciando a ação política, quando esta de alguma forma é produto da metabolização das ideias resultantes da análise. Esse foi, particularmente, o caso da repercussão dos escritos sociológicos e ensaísticos de Florestan Fernandes, que - além de deputado constituinte em 1988 e dedicado publicista com profícua participação na imprensa - alcançou uma intensa interface com a vida intelectual e partidária no PT. Obviamente, é muito difícil estabelecer em que medida precisamente ocorreu a tradução das ideias de Florestan nos rumos e decisões partidárias²⁴.

constituir como uma unidade capaz de exercer as suas virtualidades principais de modelação da personalidade básica e controle de comportamentos egoísticos. Existe aqui, neste tema central da ausência da unidade familiar como instância moral e social básica, uma continuidade com a política escravocrata brasileira que sempre procurou impedir qualquer forma organizada familiar ou comunitária da parte dos escravos. É a continuidade de padrões familiares destrutivos que é percebida, corretamente, por Florestan, como o fator decisivo para a perpetuação das condições de desorganização social de negros e mulatos”. SOUZZA, 2003, p. 156. Sem os atributos adquiridos pela socialização familiar a grande maioria dos negros e mulatos foi excluída da participação na ordem social competitiva.

²³ Essa dificuldade de análise dos fenômenos sociais politicamente orientados, típica de boa parte da sociologia, é atestada por quem se propõe levar à frente, reformada, a agenda de Florestan: “Com efeito, a percepção das relações sociais como permeadas pelas relações de poder, a apreensão genética e não formalista destas constituem a força e a fraqueza da análise de Florestan, pois não há como negar que a densa rede que esta sociologia tecia continha nós suficientemente genéricos por onde por vezes escapava o fazer político e as instituições. Tal carência de mediações se manifesta, por exemplo, em sua visão algo ligeira no ‘nacional-desenvolvimentismo’, em alguma minimização da experiência democrática de 1945-1964, nas passagens em que está perto de admitir que a ditadura militar, ao propiciar a unificação de todas as frações burguesas e ao revelar a até então incompleta ou mascarada essência autocrática do regime burguês, pode constituir a forma política adequada da autocracia; e de um modo geral, em sua concepção do período ‘atual’ da dominação burguesa como ‘contrarrevolução permanente’”. BRANDÃO, 2007, p. 167.

²⁴ O livro *Pensamento e ação: O PT e os rumos do socialismo*, de Florestan Fernandes, apresenta uma boa amostra do conteúdo programático que resulta de sua perspectiva analítica e revela ao mesmo tempo as

Independentemente dessa possibilidade de investigação, que não está no horizonte deste artigo, a demarcação de um campo de compartilhamento de ideias a respeito das concepções programáticas sobre o universo econômico e político da sociedade brasileira, entre Florestan e sua atuação pública como membro de um partido, é possível. Assim, as imensas dificuldades do PT, ao longo de seus 13 anos à frente do governo central, para praticar inovação institucional com vistas a enfrentar os nossos graves problemas estruturais, como o abandono secular de significativa parcela dos brasileiros a uma vida empobrecida material e espiritualmente, devem ser compreendidas como o produto de um empobrecimento programático resultante do predomínio, no campo progressista, da visão do estruturalismo sociológico no debate público nacional. O fatalismo histórico das abordagens teóricas que sempre orientou o petismo entende a estrutura de classes e os seus interesses como um dado da realidade que a política não pode alterar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história republicana brasileira apresenta três grandes fases: a da transformação, a da reação e a da acomodação. De 1930 a 1964, o país experimentou uma dinâmica marcada pelo esforço progressivo - muitas vezes contraditório - de construção de instituições econômicas e políticas que iniciou a democratização do acesso ao trabalho e ao capital e proporcionou as primeiras tentativas de capacitação dos brasileiros. Foi o período de constituição de nosso trabalhismo histórico, sob a orientação intelectual do construtivismo institucional. O golpe militar de 1964 interrompeu essa dinâmica e criou um ciclo caracterizado por uma dialética perversa: crescimento econômico com elevada concentração de renda e aumento da desigualdade. O país avançou economicamente, mas regrediu social e institucionalmente. O momento atual, chamado de Nova República, inaugurado em 1985, sempre esteve sob o domínio de uma lógica do mínimo. Primeiramente, esse mínimo era a democracia a ser conquistada. Em seguida as forças do país se mobilizaram para o combate à inflação. Depois, a atenção foi dedicada a

dificuldades, aludidas anteriormente, acerca da mobilização desse estilo de reflexão para instruir processos de transformação que não estejam no horizonte da lógica do tudo ou nada de orientação revolucionária. O máximo que as lentes dessa visão conseguem enxergar na realidade atual em termos de oportunidades diz respeito a temas relativos à organização e a estratégias de ação coletiva de sindicatos e partidos.

minimizar os efeitos da miséria, sem conseguir sequer acabar com a pobreza. E assim tudo mais foi sendo secundarizado, numa perfeita lógica da acomodação.

Essa lógica tem traduzido o espírito do progressismo contemporâneo, tributário de uma concepção pós-estrutural e anti-alternativas institucionais. No Brasil, essa concepção foi recepcionada no rescaldo daquela aliança tácita referida anteriormente entre o liberalismo culturalista e o estruturalismo sociológico. Como vimos, ambas essas tradições de nosso pensamento social e político sonham por caminhos distintos o debate sobre a transformação estrutural, aquela que mexe com o fundo causal de questões como a desigualdade resultante da maneira de organizar institucionalmente a distribuição das vantagens originais. Ao invés disso, o regime da acomodação, comandado pelos dois partidos que se autodenominam a encarnação da modernidade contemporânea brasileira, PSDB e PT, vinha praticando o assistencialismo das políticas sociais compensatórias - meritórias enquanto recurso transitório, mas totalmente reprováveis como substitutas de uma estratégia de reorganização estrutural do país.

A ligação desse quadro político com os programas intelectuais do liberalismo culturalista e do estruturalismo sociológico é intensa e sólida. Ela começa com o compartilhamento da crítica dessas duas tradições ao “populismo” da era Vargas. O projeto político derivado do liberalismo culturalista, representado hoje com maior consistência ideológica e programática pelo PSDB, baseia-se no imperativo da integração, subalterna, da economia brasileira no sistema de trocas da economia mundial. Por isso, sua premissa central é a de tentar enfiar o Brasil dentro do formulário da OCDE, na esperança de nos tornar menos diferentes dos países que tomamos como referência. É, segundo os seus defensores, a maior reforma modernizante a que o Brasil pode aspirar.

A tradição do estruturalismo sociológico se liga ao regime da acomodação por outra rota intelectual. O tema principal derivado de sua estrutura analítica é a desigualdade, sem conceber qualquer mecanismo capaz de enfrentá-la estruturalmente (PY, 2020). As vicissitudes ocasionadas pelos acidentes da constituição disciplinar do pensamento acadêmico contemporâneo inspiraram diversas divisões que produziram, por exemplo, a separação entre a teoria social e a teoria política, cortando o vínculo entre o entendimento do existente e a imaginação do possível. Isso custou e tem custado muito aos intelectuais e acadêmicos que tratam de questões como a desigualdade a partir do enfoque estruturalista sociológico. O resultado desse corte é um paradoxo: quanto

mais se estuda e se conhece um problema, como o da desigualdade, menos se sabe como propor os meios para enfrentá-lo.

Desse paradoxo, surge uma dupla consequência: de um lado, desacreditam-se as alternativas; de outro, rebaixam-se as expectativas sociais e políticas, estreitando sobremaneira o horizonte normativo e programático. Um exemplo notável desse movimento são os governos petistas. A linguagem de seus intelectuais, extraída principalmente do estruturalismo sociológico, assim como a retórica de seus quadros dirigentes, guarda um leve sotaque de noções como a de revolução e abstrações como socialismo, mas diante da realidade rende-se completamente à estrutura existente. Essa confusão levam os petistas a adotarem políticas que são defendidas por seus supostos adversários neoliberais, cujo objetivo explícito é apenas compensar os efeitos nocivos da ordem existente. Daí que o PT oscile entre o discurso do “socialismo” e a prática do pobrismo (administração e manutenção da pobreza).

Nessa circunstância, não apenas por exclusão, mas principalmente pela faculdade de apreciar o drama institucional brasileiro e prescrever soluções para seus impasses, o construtivismo institucional é o programa de ideias capaz de reconectar o Brasil com a lógica da transformação, perdida na Nova República. Primeiro, por não enxergar a posição do Brasil no mundo e suas peculiaridades como variáveis secundárias para a conquista de um ponto de vista capaz de prover saídas eficazes para seus problemas. Segundo, pela constituição de seu perfil de intelectual. O construtivista não repousa por trás dos textos ou das rotinas acadêmicas. Ele atua para testar experimentalmente a validade de suas ideias.

Os construtivistas tendem a ser, além de intelectuais, homens – e desde meados do século XX, mulheres – de Estado, e só se concebem como intelectuais à proporção que acumulam, para a sua própria maturidade teórica, um sem-número de ensinamentos, advertências e incentivos que a atividade prática, e só ela, permite realizar. A aproximação dos construtivistas institucionais com as instituições não é a de scholars tematicamente instigados, mas a de agentes que podem reestruturar as relações com o mundo através da transformação das instituições. Por isso, concebem a história como completamente aberta e a possibilidade do novo uma realidade acessível.

BIBLIOGRAFIA

ARENARI, Brand. Bolsonaro, o primeiro presidente “evangélico” do Brasil, In; MONTEIRO, Geraldo e TEIXEIRA, Carlos Sávio. **Bolsonarismo** - Teoria e prática. Rio de Janeiro, Gramma, 2020.

AVELINO FILHO, George. Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 5, No. 12, 1990.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo, Hucitec, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. Brasil: As raízes e o futuro, In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

COHN, Gabriel. A revolução burguesa no Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas. **Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos**. São Paulo: Senac São Paulo, 1999. v. 1.

COUTINHO, Carlos Nélon. Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes, In: COUTINHO, Carlos Nélon. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

CUI, Zhiyuan. Prefácio. In: UNGER, Roberto M. **Política: Os textos centrais**. São Paulo, Boitempo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LAMOUNIER, Bolívar. **Rui Barbosa e a construção institucional da democracia brasileira**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**, v. 2: O Brasil Republicano. São Paulo, Difel, 1985.

PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e semeadores** - A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e

Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo, Editora 34, 2000.

PY, Fábio; PEDLOWSKI, Marcos. Pentecostalização assentada no Assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ. **Perspectiva Teológica**, 2020.

PY, Fábio. **Pandemia cristofascista**. São Paulo: Recriar, 2020.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHWARTZMAN, Simon. **São Paulo e o Estado nacional**. São Paulo, Difel, 1975.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

SOUZA, Jessé (Org.). **O malandro e o protestante - A tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília, Editora Unb, 1999.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Social Theory - Its situation and its task**. London, Verso, 2004.

VIANNA, Luis Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. In: SOUZA, Jessé (Org.). **O malandro e o protestante - A tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília, Editora Unb, 1999.

VIANNA, Luis Werneck. **A Revolução passiva**. Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro, Revan, 1997.